

A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Tatiane Cimara dos Santos Medeiros
e Daniela Oliveira Ramos dos Passos

A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

2021

Conselho Editorial:

Profª Drª Adriana Garcia Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho
Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr Fernando de Brito Alves
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará – UFPA

Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – UFSM

Profª Drª Juliane Aparecida P. P. Campos
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli
Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faac

Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profª Drª Marcia Machado de Lima
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Mauro Machado Vieira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profª Drª Vera Lúcia Nogueira
Universidade do Estado de Minas Gerais Faculdade de Educação

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT): Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

A791 A articulação entre educação especial e educação tecnológica [recurso eletrônico] / organizadoras Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Tatiane Cimara dos Santos Medeiros. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2021.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-424-1

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Prática de ensino. 4. Tecnologia educacional. I. Passos, Daniela Oliveira Ramos dos. II. Medeiros, Tatiane Cimara dos Santos. III. Título.

CDD 371.9

DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-424-1

Todos os direitos desta edição foram reservados às autoras. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br



Dedico este livro ao meu amado marido Alysson, aos meus amados filhos Luiz Eduardo e Karen, que sempre me apoiam e me dão força em todos os momentos.

Tatiane Cimara dos Santos Medeiros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 11

INTRODUÇÃO 15

1

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DAS POLÍTICAS DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 17

2

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 35

3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 41

4

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS:
O CONTEXTO DA PRÁTICA 59

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

REFERÊNCIAS 93

ÍNDICE REMISSIVO 103

APRESENTAÇÃO

Estamos vivendo um momento da educação brasileira no qual a escola se depara com a necessidade de pensar uma série de transformações. A pandemia provocada pelo novo coronavírus veio nos mostrar o quão desigual somos como sociedade. O quão desigual é a educação em nosso país. O Estado é novamente chamado para atuar nas batalhas em prol de melhorias socioeducativas. Nesse sentido, pensar as Políticas Públicas tem sido um desafio urgente e necessário. Na obra, **A articulação entre Educação Especial e Educação Tecnológica**, Tatiane Cimara dos Santos Medeiros propõe justamente pensar a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, analisando, num formato de estudo de caso, o que tem sido feito para alcançarmos as metas de uma educação ampla e irrestrita para todos, todas e todes.

Esse livro é resultado da pesquisa realizada no interior do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana – PPGE – Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. O foco das discussões se deve à problemática concernente ao campo da Educação e das Políticas Públicas específicas para a Educação Inclusiva. Como estudo de caso, a obra foca dois campi do Instituto Federal de Minas Gerias – IFMG.

E fazer a apresentação dessa obra me proporciona uma alegria e um orgulho imensos. Tatiane Medeiros foi minha primeira orientanda em um programa de *strictu sensu* no campo da Educação. Com ela eu aprendi tanto. Foi uma troca de saberes. E claro que desse trabalho também surgiu carinho, amizade e respeito mútuo.

Ao longo da escrita, a autora analisou a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, método que propõe a análise da política pública em um ciclo constituído por três contextos inter-relacionados: contexto da influência, contexto da produção de texto e contexto da prática. Além disso, como parte da metodologia, a obra apresenta uma coleta de dados de análise documental e entrevistas semiestruturadas com docentes e servidores envolvidos com a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial, nos campi pesquisados. Igualmente, a autora procurou conhecer os recursos e serviços elaborados para promoção da acessibilidade arquitetônica e pedagógica nos campi, além de apresentar as principais dificuldades para a implementação das políticas de Educação Especial. Os dados demonstraram realidades muito parecidas nos dois campi, especialmente no que diz respeito à estrutura dos prédios, considerados muito antigos e pouco acessíveis. No que diz respeito às dificuldades levantadas nos dados, a

obra destaca: a barreira atitudinal, que apareceu nos relatos de participantes dos dois campi. O livro nos mostra que a falta de diretrizes políticas mais elaboradas tem dificultado a construção de uma cultura de aceitação da diferença, como a falta de recursos financeiros e de servidores qualificados para atuarem com estudantes público-alvo da Educação Especial.

Por fim, podemos perceber que mesmo com tantas dificuldades, não apenas com relação à Educação Especial, mas também à Educação Inclusiva, de uma maneira geral, as instituições educacionais estão vivendo um momento de transição, que se tornou mais latente nos últimos anos devido ao contexto pandêmico vivenciado. Essa transição não é fácil e não é uma tarefa simples. Ela exige uma reinvenção escolar. Exige um novo modelo de formação de docentes, novas práticas pedagógicas, novas formas de relação entre professores e discentes, novas formas de organização do espaço físico escolar.

Esses são alguns dos desafios que a obra apresenta. Reafirmando que pensar uma escola inclusiva requer compromisso com o direito de todas, todos e todes à educação, à igualdade de oportunidades e à participação de cada uma das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas várias esferas da vida escolar.

Feliz com essa obra. Orgulhosa da pesquisadora, companheira de luta e de trabalho por uma educação mais justa e inclusiva. Honrada por fazer parte da caminhada dessa pessoa incrível e querida.

Sucesso, Tatiane Medeiros!

Belo Horizonte, julho de 2021.

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

PREFÁCIO

As sociedades democráticas, nas quais a igualdade entre seus cidadãos é afirmada a partir de marcos legais e normativos, são constantemente provocadas pela persistência da produção e reprodução das desigualdades. No enfrentamento desse cenário, o acesso à educação escolar se apresenta como um símbolo da justiça social meritocrática, apontando para a possibilidade de que os lugares sociais se encontram abertos para quem porta um diploma. As inconsistências desse modelo de êxito social pela educação são percebidas nas relações desiguais que ela estabelece com os diferentes grupos e segmentos da sociedade, entre eles, as pessoas com deficiência.

No necessário enfrentamento e problematização dessas desigualdades, este livro chega em um momento extremamente oportuno, quando os avanços e conquistas da Educação Inclusiva são atacados com propostas hegemônicas e segregadoras para a escolarização das crianças, jovens e adultos público-alvo da Educação Especial. Além disso, a pandemia escancarou as diferenças nas dimensões do acesso e permanência desses estudantes no formato remoto, demandando reflexões e estudos com a qualidade acadêmica e científica deste livro que nos apresenta Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Tatiane Cimara dos Santos Medeiros.

O título da obra, **A articulação entre Educação Especial e educação tecnológica**, já indica a importância das análises e a contribuição que o livro traz para o campo de estudos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ao ambientar a pesquisa em uma instituição de educação superior, que oferta a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica, a autora sinaliza, ao mesmo tempo, um percurso e uma realidade a ser compreendida. O percurso, ao tratar de estudantes com deficiência que romperam as barreiras de acesso e permanência na educação básica, e a realidade, pouco explorada na pesquisa em Educação, é percebida a partir da análise das condições materiais e simbólicas nas quais se constrói a sua formação profissional.

Esse quadro analítico situa o conceito de educação apresentado no livro, que é compreendida como um direito subjetivo, resultado de lutas e embates até sua efetivação na Constituição Federal de 1988. Entretanto, a partir dessa efetivação, percebe-se o limitado alcance deste direito, sobretudo, no olhar pouco atento às diferenças. Nesta obra, a autora demonstra que a relação entre a educação e a diferença, a despeito dos avanços normativos, precisa ser compreendida dialeticamente, em um percurso que dialogue com diferentes tempos históricos e suas orientações e caracterizações econômicas e sociais.

Apoiada em uma minuciosa pesquisa documental, bibliográfica e empírica, a autora nos leva à percepção de que a relação entre a educação e a deficiência não é uma relação natural. É construída e reconstruída a partir de diferentes modelos e percepções, apoiada no conhecimento de áreas distintas que classificam e situam as pessoas com deficiência em lugares quase sempre apartados da convivência social.

Simultaneamente, o livro tensiona esses modelos, apontando seus limites de forma crítica e pertinente, mostrando que eles vão sendo contestados e ressignificados com as novas formas de organização política e econômica que o Estado brasileiro adota a partir das décadas finais do século XX. Um período marcado por reformas neoliberais que preconizam, por exemplo, um menor gasto social, uma ação focalizada das políticas públicas e uma educação fortemente influenciada pelas teorias do desenvolvimento e pelo Movimento de Educação para Todos.

Nesse final de século, os movimentos sociais nacionais e internacionais, que lutam pelo direito das pessoas com deficiência, fortalecem suas reivindicações com a afirmação das diferenças constituindo a base teórica e conceitual da Educação Inclusiva, uma perspectiva de organização da escola a ser seguida pelos países signatários da Declaração de Salamanca. Mais uma vez, a autora nos convoca à reflexão do distanciamento entre a promulgação do direito e sua efetivação no sentido da formulação e implementação das políticas educacionais.

Nas intersecções que o livro propõe entre esse percurso educacional das pessoas com deficiência, a política de educação profissional e a inclusão, percebe-se que os marcos orientadores desse acesso perpassam, da mesma forma, por modelos discriminatórios e assistencialistas. Assim, também no apagar das luzes do século XX é que as políticas que se pretendem garantidoras do direito à educação profissional da pessoa com deficiência começam a ser mais bem delineadas. Nessa direção, a investigação aqui apresentada busca compreender, a partir de uma experiência localizada, quais são as condições materiais, objetivas e organizacionais para a efetivação da inclusão na educação profissional.

Ocorre que o contexto da prática mostra que a realidade é desigual. Que os conceitos de inclusão e deficiência são diversos e nem sempre presentes ou com a clareza necessária, nos documentos orientadores e normativos da política institucional. A formação daqueles que implementam, definem e coordenam as estratégias e projetos locais nem sempre abarca a área da Educação Especial. Por sua vez, as pessoas com deficiência parecem ter pouca ou nenhuma representatividade nesses órgãos, mostrando que o caminho, já iniciado, ainda é longo.

Apesar dos avanços percebidos na tensa relação entre a educação e a diferença, muito há ainda que se avançar, pesquisar e lutar. Este livro se propõe a esse desafio, que é de contribuir, informar e convidar à reflexão todos que acreditam que é sempre possível ir mais longe do que nos dizem sermos capazes.

Ana Maria Alves Saraiva

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade de educação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996). Essa lei especifica que os estudantes considerados público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1996).

Historicamente, as diretrizes educacionais reservadas ao Público-Alvo da Educação Especial - PAEE foram marcadas pelo preconceito e pela segregação. Até meados da década de 1970, os estudantes que apresentavam alguma deficiência eram excluídos da escola regular. Após esse período, com o movimento de integração, as pessoas com deficiência passaram a ser inseridas nas escolas regulares, mas, para isso, eram necessárias algumas adaptações. Somente após a década de 1990, com o movimento da Educação Inclusiva, as escolas regulares começaram a se organizar para atender às necessidades educacionais de crianças e jovens com deficiência.

O princípio da Educação Inclusiva pressupõe a construção de escolas que possibilitem “o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem” (GLAT; BLANCO, 2007, p. 16). Nesse caso, a Educação Inclusiva atende todos aqueles estudantes que, por motivos diversos, como condições físicas, socioeconômicas e étnico-culturais, apresentam Necessidades Educacionais Especiais - NEE, entre eles, o público-alvo da Educação Especial.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos. Para assegurar aos estudantes PAEE o direito à educação, o poder público deve garantir condições de acesso e permanência nas escolas, mediante a oferta de Atendimento Educacional Especializado - AEE. Cabe às políticas de Educação Especial garantir a realização do AEE nas escolas para atender às necessidades educacionais do PAEE.

A Educação Especial é realizada em todos os níveis e outras modalidades de ensino (BRASIL, 2008d), ou seja, ela deve estar presente desde a educação infantil, até o ensino superior e também nas demais modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos - EJA, educação indígena, quilombola e educação profissional. Por esse motivo, nossa pesquisa buscou analisar a modalidade de Educação Especial e sua articulação com Educação Profissional e tecnológica, mais especificamente, os cursos classificados pela LDBEN/1996 como sendo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM. Esses cursos podem ser desenvolvidos nas seguintes formas: articulados ao ensino médio e subsequen-

te, para quem já tenha concluído o ensino médio, e, quando articulado, esses cursos são ofertados na forma de cursos integrados ou concomitantes ao ensino médio (BRASIL, 1996).

Assim, nosso objetivo foi analisar o processo de implementação das políticas da Educação Especial em dois campi do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFECTs de educação foram criados pela Lei nº 11.892/2008 e são definidos, no artigo 2º, como instituições de “[...] educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008c). Os cursos técnicos representam mais da metade dos cursos ofertados pelo IFECT. Dos 11.055 cursos ofertados nos Institutos Federais Brasileiros, 52,16% são cursos técnicos de nível médio (integrados, concomitantes, subsequentes) (BRASIL, 2019d).

Acreditamos que pesquisas dessa natureza possam contribuir para o processo de produção de conhecimento sobre as políticas de Educação Especial em articulação com a educação profissional técnica de nível médio, além de subsidiar o trabalho dos professores, da equipe escolar da instituição e das demais pessoas interessadas na construção e adaptação de políticas de Educação Especial para garantir o acesso, permanência e o acompanhamento adequado dos estudantes PAEE.

Este livro¹ está organizado em uma introdução e quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta aspectos históricos e conceituais da Educação Especial e da educação profissional no Brasil, com o objetivo de contextualizar o surgimento e a influência de determinadas concepções relacionadas à educação das pessoas com deficiência.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico e metodológico utilizado na pesquisa. Em seguida, são discutidos os aspectos legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva e as principais influências nacionais e internacionais, para então, no quarto capítulo, serem apresentados os resultados da pesquisa acerca da Educação Especial no IFMG.

1 - Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/FaE/UEMG) nos anos de 2018 e 2019. Agradeço ao PPGE/FaE/UEMG pelo apoio educacional e financeiro para a publicação deste livro.

1

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.1 Aspectos históricos e conceituais da Educação Especial

A educação das pessoas com deficiência teve início institucionalmente no Brasil no final do século XVIII começo do XIX, e teve forte influência de médicos europeus, principalmente franceses. Um exemplo é o francês Jean Gaspard Itard (1774-1830) que, em 1800, se propôs a educar o jovem Victor do Aveyron, conhecido como o garoto selvagem encontrado na floresta em 1798. Seguindo os passos de Itard, o discípulo Edouard Séguin iniciou, em 1840, o trabalho na educação de deficientes mentais (JANNUZZI, 2006).

No Brasil, as primeiras instituições oficiais de Educação Especial foram criadas a partir de 1850 e eram direcionadas à educação de deficientes visual e auditivo. Em 1854, foi criado o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant (IBC). Já em 1857, foi fundado o Instituto Imperial de Educação de Surdos, atual Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES). Nessas instituições, além do ensino básico, era oferecida educação profissional como forma de garantir possibilidade de subsistência para essas pessoas (JANNUZZI, 2006).

Desde as primeiras iniciativas institucionais, a educação da pessoa com deficiência esteve ligada ao campo médico e tinha como foco o tratamento de deficiências físicas, mentais e sensoriais. Os médicos atuaram em diversas frentes da Educação Especial, tais como o desenvolvimento de pesquisas; a criação das primeiras agremiações para divulgação teórica das pesquisas, e a criação de instituições escolares¹ ligadas a hospitais psiquiátricos para o atendimento de crianças com deficiência mental (JANNUZZI, 2006).

A Educação Especial era segregada do sistema educacional geral e, segundo Mendes (2006), essa marginalização predominou até meados da década de 1970. Tal separação tinha como base a crença de que as pessoas

1 - Segundo Jannuzzi (2006), era comum encontrar crianças, principalmente com deficiência mental, internadas em hospitais psiquiátricos junto com adultos. Por esse motivo, foi criada em 1903 a primeira instituição escolar destinada ao atendimento de crianças com deficiência mental, o Pavilhão Bournville no Rio de Janeiro, anexo ao Hospício da Praia Vermelha, que funcionou até 1942, quando virou hospital neuropsiquiátrico infantil.

com deficiência teriam suas necessidades educacionais mais bem atendidas se fossem ensinadas em ambientes separados. Vários médicos brasileiros, entre eles o médico Basílio de Magalhães², escreveram tratados sobre a “infância anormal”. O conceito de anormalidade englobava crianças que apresentavam algum nível de atraso na escolarização aferido em testes que tinham como parâmetro o rendimento escolar. Posteriormente, essas crianças eram enviadas para classes separadas com a justificativa de não prejudicar a educação das crianças consideradas “normais” (JANNUZZI, 2006).

No início do século XX, os serviços de higiene brasileiros – que inicialmente foram criados para inspeção da saúde nas escolas – passaram a ser encarregados de identificar e classificar as deficiências, sobretudo mentais, a partir do critério do atraso escolar. Dessa forma, surgiram várias categorizações relacionadas a essas pessoas: anormais pedagógicos, anormais intelectuais, débil, entre outras. Jannuzzi (2006) destaca que a amplitude do conceito de anormalidade e o precário corpo de técnicos que atuavam nesses serviços contribuíram para que muitos estudantes fossem designados como deficientes e, conseqüentemente, excluídos da escola ou encaminhados para classes ou escolas especiais. Dentre os estudantes considerados deficientes estavam os “tímidos, indisciplinados, preguiçosos ou desatentos, retardados por diferentes causas” (JANNUZZI, 2006, p. 41).

Segundo Carvalho (2010), o parâmetro médico contribuiu para difundir na sociedade vários termos carregados de significados pejorativos com relação às pessoas com deficiência. Muitos desses termos permaneceram no imaginário coletivo e podem contribuir, ainda hoje, para atitudes de preconceito e discriminação.

Na medida em que o modelo médico enfatiza a lesão que leva a deficiência e pode criar algumas condições de dependência, a pessoa passa a ser percebida e representada no imaginário coletivo como alguém totalmente incapaz. Isso se explica porque são levadas em consideração as características isoladas de certos órgãos e suas funções, perdendo-se de vista o sujeito como um todo (CARVALHO, 2010, p. 29).

Além do modelo médico, a educação da pessoa com deficiência também sofreu influência da psicologia, especialmente a partir dos estudos de Alfred Binet (1857-1911), que desenvolveu testes de inteligência amplamente utilizados na identificação e classificação de estudantes considera-

2 - Basílio de Magalhães escreveu um livro em 1913 intitulado “Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuições para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam – bem da infância de agora e das gerações porvindouras – os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da Pátria Brasileira” (JANNUZZI, 2006, p. 43). Grande parte dos tratados brasileiros sobre a infância anormal tinha como base as teorias produzidas na Europa (JANNUZZI, 2006).

dos anormais. Segundo Jannuzzi (2006), os médicos preocupavam-se mais com aspectos somáticos que permitiam classificar as deficiências. A psicologia, por sua vez, estabelecia aspectos quantitativos da inteligência, tendo como principal parâmetro o rendimento escolar. Essas duas vertentes, médica e psicológica, prevaleceram ao longo da primeira metade do século XX no que diz respeito à educação da pessoa com deficiência.

Nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da década de 1920, começou a ser introduzida no Brasil a teoria da Escola Nova³. Essa teoria procurou superar a educação tradicional, utilizando métodos que enfatizavam o desenvolvimento da autonomia do estudante. A teoria da Escola Nova foi difundida no Brasil por um grupo de intelectuais que, juntos, formaram em 1932 o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (ARANHA, 2006). O movimento da Escola Nova esteve na base da criação da Sociedade Pestalozzi, em 1935, na cidade de Belo Horizonte. Essa instituição foi criada pela psicóloga russa Helena Antipoff (1892-1974) e era voltada para a educação de crianças com deficiência mental (JANNUZZI, 2006).

No âmbito internacional, após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a Promulgação dos Direitos Humanos em 1948, intensificou-se a mobilização social pelos direitos das pessoas com deficiência. Conforme Mendes (2006) e Jannuzzi (2006), a preocupação da sociedade com o atendimento aos veteranos de guerra e os crescentes movimentos sociais das pessoas com deficiência contribuíram para sensibilizar a sociedade sobre os prejuízos da segregação.

Nas primeiras décadas pós Segunda Guerra Mundial, a educação passou a ser reconhecida como um direito e foi incluída na Declaração dos Direitos Humanos para, posteriormente, constar em diversos documentos, declarações e pactos internacionais. Os direitos humanos referem-se às condições necessárias para que as pessoas possam viver com dignidade e, por isso, devem ser um benefício de todos, independentemente de características individuais e socioeconômicas.

Diante do que foi apresentado, compreendemos que historicamente a educação da pessoa com deficiência acontecia, predominantemente, em espaços segregados, com forte atuação da medicina, da psicologia e seus respectivos domínios. Posteriormente, parâmetros como inteligência e desempenho educacional foram utilizados para categorizar e segregar crianças e jovens em classes específicas. Conforme aponta Jannuzzi (2006),

3 - Libâneo (1994) classifica a Escola Nova nas tendências pedagógicas liberais, que estão assentadas na manutenção de uma ordem social mais estável e no progresso da ciência. Relacionadas a elas estão a Pedagogia Tradicional e Renovada (incluindo a Escola Nova) e o tecnicismo educacional.

a classificação pelo desempenho escolar tornou-se um mecanismo de discriminação que afetava não apenas as crianças deficientes, como também as camadas menos favorecidas, sem sucesso no processo de escolarização.

Na década de 1960, o modelo médico da deficiência passou a ser questionado, dando lugar a um novo modelo teórico de compreensão denominado de modelo social. Segundo Diniz (2007), esse modelo surgiu inicialmente no Reino Unido, como resultado de estudos de sociólogos, muitos deles deficientes e insatisfeitos com os pressupostos do paradigma médico. O modelo social não deixou de reconhecer que algumas pessoas possuem limitações decorrentes de algum tipo de deficiência, todavia denunciou o fato de que existem sociedades pouco sensíveis às diversidades físicas, o que resulta em muitas situações de opressão.

Segundo Carvalho (2010), discutir o modelo social desloca o foco da deficiência para o contexto socioeconômico e cultural. Dessa forma, a deficiência passa a ser o resultado da interação entre as características individuais e o meio social em que esse sujeito vive:

No modelo social, a deficiência deixa de ser um tema voltado, apenas, para características individuais ou de um grupo de pessoas que apresentam a mesma lesão e passa a ter maior abrangência, implicando análises do contexto socioeconômico e cultural em que essas pessoas vivem (CARVALHO, 2010, p. 38).

Além do modelo social de compreensão da deficiência, também começou a emergir na década de 1960 o conceito da normalização. Esse conceito foi elaborado por dois estudiosos escandinavos, Neils Erik Bank-Mikkelsen e Bengt Nirje, que a partir das suas experiências pessoais em campos de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial denunciaram os efeitos prejudiciais do tratamento em instituições segregadas, sobretudo para pessoas com deficiência (KASSAR, 2012). Por conseguinte, em 1969, Bengt Nirje⁴ formalizou o princípio da normalização, segundo o qual pessoas com deficiência têm o direito de participar e experimentar “um estilo de vida que seria comum ou normal em sua cultura” (MENDES, 2006, p. 389).

Em 1977, foi aprovada nos Estados Unidos uma lei que buscou assegurar educação pública adequada a toda criança com deficiência, mediante a inserção seletiva desses estudantes em serviços educacionais minimamente restritivos. Tal política, denominada de *mainstreaming* ou integração, oferecia serviços organizados em níveis. A passagem de um nível para outro dependia da capacidade de cada estudante em se adaptar às exigências do serviço ofertado. Nessa perspectiva, apenas os indivíduos com deficiências

4 - Em 1969, Robert Kugel e Wolf Wofensberger publicaram uma coletânea de textos de autores que criticavam o confinamento de pessoas com deficiência em instituições. Nessa coletânea, o sueco Bengt Nirje apresentou formalmente o conceito da normalização (KASSAR, 2012).